

APOSENTADOS

PELA
ALTERAÇÃO DA
LEI SALARIAL

EXTENSÃO
DO VALE
ALIMENTAÇÃO

CAMPANHA SALARIAL 2012

PAGAMENTO
DOS
PRECATÓRIOS

Mobilize-se!

REVISÃO
DOS PCCS

Funcionários Públicos unidos são mais fortes

REDUÇÃO
DA CARGA
HORÁRIA

REVISÃO DOS
ADICIONAIS

CONCURSO ANUAL DE
TRANSFERÊNCIA / REMOÇÃO
INTERNA

MELHORIA
DAS
CONDIÇÕES
GERAIS DE
TRABALHO

EXTENSÃO DAS
GRATIFICAÇÕES

REGULAMENTAÇÃO DA
CONVENÇÃO 140 DA OIT

EDITORIAL

Em busca da dignidade para São Paulo

A justa percepção dos paulistanos e paulistanas é de que a cidade piorou nos últimos quatro anos. Essa avaliação é diretamente proporcional à péssima imagem que o prefeito nutre entre os cidadãos. De acordo com pesquisa divulgada pelo Datafolha em dezembro, apenas 20% dos entrevistados avaliaram positivamente seu desempenho.

Enquanto Kassab se preocupava com a criação de seu novo partido, a capital seguia sendo mal administrada. E não se pode dizer que por falta de recursos. Afinal, a mais rica cidade do Brasil teve uma economia de quase 7 bilhões de reais no ano passado, que agora, em 2012, certamente servirão para alavancar a candidatura do sucessor do prefeito. Esses recursos poderiam muito bem ser usados na melhoria dos serviços públicos, no atendimento às demandas da população e na valorização dos servidores, linha de frente para a construção e consolidação de uma cidade melhor.

No mesmo ano, o segundo escalão do governo municipal teve reajuste de 236%; o prefeito teve seu salário aumentado de 20 mil para 24 mil; os vereadores tiveram, também, reajuste de 22% e ainda aprovaram aumento e 13º salário para a próxima legislatura. Por que, então, é tão difícil aumentar os salários dos funcionários públicos?

O ano de 2012 terá, portanto, dois grandes desafios que demandam a mobilização permanente da categoria: a luta por melhores condições de trabalho e salário num momento em que as atenções estarão voltadas para as eleições e, ao mesmo tempo, o apoio a um candidato que se comprometa com o desenvolvimento econômico, social e humano, resgatando a dignidade dos trabalhadores, cidadãos e cidadãs da maior metrópole da América Latina.



Irene Batista
Presidente do Sindsep

FUNERÁRIA

Não vamos nos intimidar!

Se o governo pensa que vai intimidar, amedrontar os trabalhadores do serviço funerário, está muito enganado. Embora o prefeito e secretário tenham dito, que por causa da greve não haveria retaliação, não é o que está ocorrendo.

No dia 17 de novembro foi publicado no Diário Oficial uma relação de 455 servidores que “faltaram” nos

dias da greve. A comissão constituída pela portaria 960, estipulava em cinco dias úteis o prazo para apresentar justificativa pela falta naqueles dias. Parece piada de mau gosto, o governo manda descontar os dias e depois quer justificativas?

A comissão e a assembléia do serviço funerário decidiram fazer uma resposta padrão e os servidores pre-

encheram e devolveram para a comissão, veremos agora o próximo episódio da novela.

O incrível é que em pleno século 21, em plena democracia, a GCM mandou gente espionar nossa assembléia, isso é um absurdo, não aceitamos essa intimidação. O Sindsep está entrando com uma representação para questionar essa prática.

PARA RELEMBRAR - A partir de janeiro a GA (Gratificação de Atividade) para o pessoal de nível básico e médio da prefeitura passa a ser 70% do salário padrão, vejam ai como vai ficar, mas lembrem-se dos critérios para pagamento.

REFERÊNCIA	VALOR SOBRE PADRÃO INICIAL	ATÉ DEZEMBRO 2011 ATÉ 50% DO PADRÃO	A PARTIR DE JANEIRO DE 2012 ATÉ 70% DO PADRÃO
QPD4A(motorista, oficial de obras, mecânico, telefonista)	R\$ 333,00	R\$ 166,50	R\$ 233,10
B1(agente de apoio)	R\$ 440,00	R\$ 220,00	R\$ 308,00
QPA 7 A(ata)	R\$ 444,00	R\$ 222,00	R\$ 310,80
M 1 (agpp)	R\$ 645,00	R\$ 322,50	R\$ 451,50

ATÉ QUE ENFIM!

Município fará concurso público para o Serviço Funerário

Foi publicada no Diário Oficial do Município do dia 29 de dezembro a dispensa de licitação na área de serviço funerário, abrindo espaço para a contratação de empresa especializada para realização do concurso público para provimento de cargos vagos de agente de apoio/sepultador e agente de apoio/motorista do Serviço Funerário do Município de São Paulo. A empresa Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) ficará responsável pela contratação de empresa que fará o concurso.

VEJA COMO PASSARÃO A SER OS CRITÉRIOS

A partir de 1º de janeiro de 2012:

- até 15% (quinze por cento), em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual;
- até 20% (vinte por cento), em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional;
- até 25% (vinte e cinco por cento), pelo alcance de metas e resultado por área de atuação;
- 10% (dez por cento), em decorrência

de apresentação de certificados de conclusão de cursos correlacionados com a área de atuação, que não tenham sido requisito para provimento do cargo efetivo, realizados ou referendados pela Prefeitura, totalizando, no mínimo, 90 (noventa) horas.

O problema é que grande parte dos trabalhadores não tem as 90 horas de curso e por isso perdem 10% da gratificação. Queremos que o SFMSP e a PMSP organize cursos para os trabalhadores terem condições de receber a gratificação cheia.



PRECATÓRIOS

36 servidores foram beneficiados na mesma ação

Diretores do Sindsep João Batista Gomes, Paula Leite (à esq.) e Leandro de Oliveira (à dir.) entregam cheque a servidora para pagamento de precatório de 2001, referente a ação dos 10% (diferença na tabela salarial).

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - JANEIRO DE 2012

Sede: Rua da Quitanda, 162 - Centro - CEP 01012-010 - São Paulo SP - Tel/fax: (11) 2129 2999 - secgeral@sindsep-sp.org.br - www.sindsep-sp.org.br - Presidente: Irene Batista de Paula



twitter.com/sindsep



facebook.com/sindsep

Após nove meses, SME retomou negociações

No dia 27 de fevereiro os sindicatos tiveram sua última mesa de negociação específica da educação. Sem negociações, as discussões se realizaram entre a Secretaria e a Câmara de Vereadores, sem ouvir os trabalhadores. O resultado, lamentavelmente, foi um levantamento de expectativas dos profissionais da educação que culminou com muita frustração na votação do PL 332, excluindo várias categorias de benefícios anunciados aos quatro ventos.

Após intervenção do sindicato em Au-

diência Pública sobre o Orçamento 2012 para Educação e Esportes, o Secretário Alexandre Schneider se comprometeu e recebeu o Sindsep e uma comissão de trabalhadores. Com pontos bem específicos trazidos pela comissão de dirigentes e filiados representantes de Especialistas da cultura e dos esportes e AGPPs que trabalham nos CEUs, além de Agentes de Apoio, o Secretário assumiu vários compromissos, bem como reuniões realizadas com sua equipe. Os pontos discutidos estão no quadro abaixo.

VEJA O QUE FOI NEGOCIADO COM A SME

Transferência de Bibliotecários e TEFs dos CEUs para SEME e SMC

Schneider aceitou construir um processo de transferência por opção de Especialistas do Esporte e Cultura entre os CEUs e as secretarias de origem. Em novas reuniões com SME, o Sindsep discutiu as regras para a organização do processo de forma casada com o concurso que deve ter nomeações no início de 2012.

Integração de Agentes de Apoio e AGPPs no QPE

Outro compromisso importante do Secretário foi o de até o início de fevereiro realizar uma reunião para tratar tanto da integração por opção dos AGPPs de CEUs quanto dos Agentes de Apoio na quadro da educação. Os Agentes de Apoio estavam contando com sua integração (por opção) como Agentes Escolares já no PL 332 que tratou dos pisos da educação. Segundo Schneider, suas expectativas de inclusão dos Agentes de Apoio no projeto também foram frustradas e para resolver o problema tudo deve acontecer antes de maio, já que 2012 se trata de ano eleitoral. O desejo de integração também foi manifestado por 95% dos AGPPs dos CEUs, segundo pesquisa do SINDSEP.

Reposição dos dias parados

Sobre a reposição dos dias parados no primeiro semestre (25 de maio, 07 e 21 de junho) e os dias de greve entre 30 de agosto e 5 de setembro, o Sindsep encaminhou os nomes das unidades com servidores cuja chefia ainda não havia aceitado a re-

posição. SME se comprometeu a encaminhar as orientações para os gestores.

Cursos para Evolução Funcional

Vários docentes e gestores que pagaram pacotes de cursos e seminários para fins de evolução funcional, com perspectivas de finalizar a grade em 2012 foram surpreendidos pela nova Portaria nº 5362. Estes cursos perderão a validade se concluídos depois de 1º de janeiro, e mesmo os cursos certificados antes serão invalidados se a data da evolução avançar para o próximo ano. Nosso sindicato propôs que a data da nova tabela tenha um prazo, sugerimos um ano, para passar a valer de forma que as pessoas que já contrataram os cursos não sejam prejudicadas. Schneider prometeu pensar uma saída para a situação.

Gratificações para Agentes de Apoio e AGPPs

O Sindsep solicitou a SME que encaminhasse às unidades, antes do recesso, orientações para os Agentes de Apoio e AGPPs que não sabiam se deviam optar para receber a Gratificação de Atividade em janeiro. A Secretaria não cumpriu com sua parte e, sem as regras do PDE para 2012, e do INDIQUE (gratificação baseada em indicadores de qualidade que substituirá o PDE), os servidores não tiveram como optar e poderão ter prejuízo. Questionada, a SME informou que a avaliação realizada pelos pais não afetará financeiramente os valores do INDIQUE para a educação infantil.

Campanha Salarial 2012

Estamos reorganizando a pauta de reivindicações para a mesa setorial de educação. Após as reuniões que o Sindsep realizou com a SME, esperamos que em 2012 as discussões do governo com os sindicatos sejam democratizadas. O ano eleitoral proporciona uma agenda

curta e devemos iniciar o ano em luta e "unidos" para não acontecer o mesmo de 2011, com parte dos trabalhadores da educação fora das ruas, discutindo somente nas redes sociais e esperando decisões de gabinetes. É tudo que o governo gostaria.

Avanços na Educação para um país mais justo

Com este nome, o Seminário de Educação, realizado pelo Sindsep nos dias 24 e 25 de novembro de 2011, foi um grande sucesso e contou com a presença de vários servidores de várias carreiras, Agentes de Apoio, Agentes Escolares, ATEs, Professores, AGPPs e Especialistas da Cultura e Esportes. Abordando temas que trataram dos desafios da rede pública na Educação, das Relações Étnico-Raciais, as dificuldades impostas por Kasab para garantir um Plano Municipal de Educação que garanta educação de qualidade e as expectativas e obstáculos de avanço para a década no novo Plano Nacional de Educação, garantimos aos profissionais da



Irene Batista



Sérgio Antiqueira



Jorge Eduardo



Newton Lima



José Jorge Maggio



Sandra Carvalho



Angela Barbosa



Sonia Auxiliadora

educação, uma contextualização de debates educacionais que perpassam o âmbito do município e do servidor.

O Sindsep continuará, em 2012, a ministrar Cursos, Seminários, Simpósios e palestras para que o servidor da Educação tenha a oportunidade, não só de esclarecer dúvidas em relação à sua carreira, mas também de refletir sobre a educação na cidade e no país, ou seja, de se politizar para que possa se engajar nas lutas para um país mais justo.

DISPENSAS DE PONTO

Já foram publicadas pela Portaria 6778/11 da Secretaria Municipal de Educação (SME) no DOC de 29 de dezembro de 2011, pg. 34.

Campanha pela integração dos profissionais de creche. Aposentadoria Já!

São milhares de municípios brasileiros que não resolveram o problema de integração das creches nas redes municipais. Em Presidente Prudente, como relatou a Vice-Presidente do Sindicato de servidores municipais da região, a Prof.ª Sônia Auxiliadora, em nosso seminário, as ADIs foram transformadas em "Educadoras" pelo município, mesmo tendo a habilitação para o magistério. Em São Paulo, as ADIs, mesmo depois de transformadas em professoras, foram impedidas da aposentadoria. Desde 2009, tramita no Congresso Nacional o PL 5446 do Deputado Federal Carlos Zarattini (PT-SP) que prevê a integração das educadoras de creche como professoras nas redes de ensino e garantia de contagem de tempo para aposentadoria. Com o apoio do Sindsep, parte do teor do PL foi incluído pelo Deputado como emenda para o PNE,

porém, não foram contempladas pela comissão que organizou o substitutivo.

No curso de formação de outubro, o Sindsep decidiu fortalecer a campanha nacional pela integração dos profissionais de creche, dando apoio a todas as iniciativas no país que avancem nesse sentido. Queremos ajudar a mobilizar os trabalhadores de creche de todo o país e, para tanto, buscaremos reforçar as iniciativas da FETAM-SP e da CONFETAM que congregam os sindicatos de servidores de um grande número de municípios do Brasil e do Estado de São Paulo. Entidades que já tem ações encaminhadas em suas instâncias, como a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviço Públicos e a PEC 529/2010 do Deputado Federal Vicentinho (PT-SP), que visa garantir a contagem do tempo anterior das educadoras de creche que se transformarem em professoras.

Em ano eleitoral mobilização começa já

Na pauta de reivindicações estão pontos como a alteração da Lei Salarial 11.722/95, de maneira a garantir salários dignos aos trabalhadores com reposição salarial e aumento real de 15%; extensão do vale alimentação a todos os trabalhadores independentemente do salário; revisão dos adicionais de maneira que a base de cálculo seja de acordo com o novo piso salarial; revisão dos PCCS de todos os trabalhadores; melhorias das condições gerais de trabalho; extensão das gratificações; redução da carga horária; concurso anual de transferência e remoção interna; extensão do vale alimentação e das gratificações e bolsa de medicamentos de uso contínuo aos aposentados, além de aposentadoria especial com direito ao abono de permanência; pagamento e regulamentação dos precatórios e regulamentação da Convenção 140 no município.



PAUTA GERAL DA CATEGORIA PARA DATA BASE 2012

CLÁUSULA CENTRAL ECONÔMICA

1. PELA ALTERAÇÃO DA LEI SALARIAL 11.722/95 (e suas modificações posteriores).

Solicitamos a alteração desta Lei para que os servidores possam ter um salário digno. Queremos Revisão salarial anualmente, pela inflação do índice do ICV/DIEESE. Queremos um piso para o nível básico de 3 salários mínimos; para o nível médio 4,5 salários mínimos e para o nível superior 6 salários mínimos. **REPOSIÇÃO SALARIAL** das perdas salariais segundo ICV/DIEESE acumulado de janeiro de 2004 a dezembro de 2011, sendo necessária reposição de 47,56%. **AUMENTO REAL** de 15% para o ano de 2012.

2. EXTENSÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO

A todos os trabalhadores independente de salário, alteração do índice de correção através do valor igual

à apurada mensalmente para a cidade de São Paulo pelo DIEESE na Pesquisa Nacional da Cesta Básica para todos os trabalhadores da PMSP, autarquias, HSPM, inclusive aposentados, pensionistas;

3. REVISÃO DOS ADICIONAIS

Na Prefeitura de São Paulo, adicionais como: Insalubridade, difícil acesso, gratificação de função e outros reivindicamos passar a base de cálculo de acordo com o novo piso salarial; PAGAMENTO DO ADICIONAL NOTURNO para todos os servidores da PMSP, autarquias, HSPM que trabalhem após as 19 horas independente da forma de Contratação;

4. REVISÃO DOS PCCS

Nível básico, médio, superior, PCCRS do HSPM e da saúde incorporando todos os trabalhadores da saúde e aplicação imediata da Emenda Constitucional 51 e 63 e da lei federal 11.350, que cria o cargo de agentes de combate a endemias; nenhuma aplicação de desvio de função para os quadros de pessoal, reafirmando as atribuições exigidas nos concursos públicos; Garantia nos PCCS de não redução salarial e de valorização dos profissionais admitidos, isonomia na progressão e entre os trabalhadores CLF e CLT e entre as secretarias, Carreira própria dos trabalhadores do serviço funerário;

CLÁUSULA SOCIAL

5. MELHORIA DAS CONDIÇÕES GERAIS DE TRABALHO

Com Implantação do SESMT (Serviço Especializado Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), com profissionais especializados para toda a Prefeitura Municipal de São Paulo. Cumprimento à lei da CIPA, n.º 13174/2001 e portaria 374/2002; Reconhecimento das doenças ocupacionais – manutenção dos direitos para contagem de tempo e evolução funcional. Programa de reabilitação aos readaptados; **FIM DO ASSÉDIO MORAL NA PREFEITURA** com constituição de um Grupo de Trabalho entre a prefeitura e o sindicato.

6. EXTENSÃO DAS GRATIFICAÇÕES

Para todos servidores que estão excluídos de qualquer gratificação, aos trabalhadores/ empregados públicos do HSPM, IPREM, SFMSP, Autarquia Hospitalar Municipal e aos aposentados da PMSP; **INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES NO PADRÃO SALARIAL e da Vantagem de Ordem Pessoal - VOP.**

7. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Dos trabalhadores de 40h para 30h semanais, sem redução de salários;

8. CONCURSO ANUAL DE TRANSFERÊNCIA / REMOÇÃO INTERNA

De todas as Secretarias da PMSP nos moldes da SME para todas as carreiras municipais; centralização deste processo na SEMPLA. Concurso Público, fim dos cargos em comissão e o militarismo.

9. APOSENTADOS - Extensão do vale alimentação; extensão das gratificações, **Bolsa de medicamentos de uso contínuo aos aposentados. Aposentadoria Especial com direito ao abono de permanência.**

10. PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS - Pagamento imediato das dívidas alimentares.

11. REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO 140 DA OIT NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - (Licença remunerada para estudos). Revisão do “horário do estudante” com a implementação de licenças remuneradas para estudos de curta, média e longa duração nos termos da convenção 140 da OIT.



3ª Conferência Nacional de Mulheres

Realizou-se de 12 a 15/12/2011 a 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em Brasília. A cerimônia de abertura contou com a presença da Presidenta da República, Dilma Roussef, que desmentiu rumores sobre o rebaixamento da Secretaria Nacional de Mulheres, afirmou que a secretaria permanece com o status de ministério e que não compareceu a nenhuma conferência mas, que a das mulheres ela não poderia jamais deixar de prestigiar.

As discussões sobre assuntos que interessam as mulheres foram bastante produtivas com ênfase a aprovação de recomendações importantes como a instalação de creches 24 ho-

ras, a discriminação e legalização do aborto – aprovada após caloroso debate – o repúdio à práticas anti-sindicais, a licença maternidade de 180 dias e a licença compartilhada entre homens e mulheres e outras, cujo resumo será divulgado através do site do Sindsep tão logo o relatório final seja encaminhado as delegadas Juneia Batista (representando o ramo das trabalhadoras municipais a nível nacional) e Ana Rosa Garcia da Costa (representando a Fetam/SP).

Destaque para o lançamento da campanha 12X12 realizada pela Secretaria Nacional de Mulheres da CUT, que visa aprovar e regulamentar a Convenção 189 e Reco-

mendação 201 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que trata dos direitos de trabalhadoras(es) domésticas(os).

A questão das Organizações Sociais, ou seja a resolução que pedia a extinção dos contratos de gestão das OSs, só conseguiu aprovação em dois grupos, em que participavam a delegada Ana Rosa e um outro em que estava presente uma delegada da Marcha Mundial das Mulheres. Para ir a votação em plenário era necessária a aprovação em no mínimo



Dilma faz a abertura da Conferência

três grupos e as representantes dos ramos bancários, da seguridade social e químico da CUT não conseguiram aprovar a resolução em seus grupos, prejudi-

cando a resolução, mas esta passou na Conferência Nacional de Saúde e irá para a etapa nacional da Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, a realizar-se em 2012, para a qual a diretora Ana Rosa está relacionada como primeira suplente representando a Marcha Mundial das Mulheres, SOF e a FETAM/SP.

LIVRE OPÇÃO BANCÁRIA

“Conta salário” entra em vigor

Por determinação do Banco Central do Brasil, a partir do dia 1º de janeiro de 2012 entrou em vigor, para os servidores públicos de todo o País, a chamada “conta salário”.(*)

Os servidores ativos, aposentados, pensionistas e empregados públicos passarão a ter as seguintes opções para o recebimento de sua remuneração ou proventos:

1) Continuidade do recebimento da remuneração ou provento na conta corrente atualmente existente no Banco do Brasil.

Nesta opção o servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público não necessitará comparecer à agência, pois o crédito será efetuado automaticamente em sua conta corrente atual.

2) Continuidade do recebimento da remuneração ou provento na conta corrente atualmente existente no Banco do Brasil, porém com direito a um pacote de serviços gratuitos, previsto no contrato celebrado entre a Prefeitura e o BB.

Nesta opção, o servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público deverá se dirigir a sua agência de relacionamento para solicitar o enquadramento ao contrato, com os benefícios gratuitos abaixo:

- 12 folhas de cheques por mês e sua compensação;

- 4 saques por mês, totais ou parciais, através de Terminal de Auto-Atendimento ou Guichê de Caixa, inclusive na Rede Compartilhada e no Banco 24 Horas;

- 2 transferências de recursos por mês entre contas no Banco do Brasil;

- 2 extratos por mês, contendo a movimentação do mês corrente, por meio de Terminal de Auto-Atendimento BB;

- fornecimento de extratos via internet, sem limite de utilização;

- fornecimento de 1 extrato de mês anterior limitado ao período de 6 meses por mês, por meio de terminal de Auto-Atendimento BB ou Internet.

3) Recebimento da remuneração ou provento em conta salário a ser mantida no Banco do Brasil.

Nesta opção, o servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público deverá se dirigir a sua agência de relacionamento, com a antecedência mínima de 5 dias úteis da data do pagamento, para que tenha validade no próprio mês da opção, e solicitar expressamente em formulário próprio do Banco a migração para conta salário, a qual possui as seguintes características:

- a conta salário não pode ser movimentada por meio de cheques;

- a conta salário aceita somente depósitos efetuados pela Prefeitura, por isso não serão aceitos depósitos efetuados pelo próprio correntista ou por terceiros;

- a conta salário não tem custo para o servidor, aposentado, pensionista ou empregado

público, dele não podendo ser cobrada nenhuma tarifa, nos seguintes casos:

- realização de até cinco saques, por evento de crédito;

- saques, totais ou parciais, em terminais de auto-atendimento, diretamente em guichê de caixa, inclusive em ponto de atendimento de correspondente no País, ou por qualquer outro meio previsto no instrumento contratual firmado entre a instituição financeira e a entidade contratante;

- pagamentos com o uso de cartão magnético na função de débito;

- liquidação de contas, faturas ou quaisquer outros documentos representativos de dívidas, inclusive mediante débito automático;

- fornecimento de cartão magnético, exceto nos casos de reposição decorrentes de perda, roubo, danificação e outros motivos não imputáveis ao Banco do Brasil;

- acesso, por meio de terminais de auto-atendimento ou diretamente no guichê de caixa, a pelo menos duas consultas mensais ao saldo;

- fornecimento, por meio de terminais de auto-atendimento ou diretamente no guichê de caixa, a pelo menos dois extratos contendo toda a movimentação da conta nos últimos trinta dias;
- manutenção da conta, inclusive no caso de não haver movimentação.

4) Transferência integral da remuneração ou provento para outra instituição financeira, de livre escolha do servidor.

Para esta opção o servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado públi-

co deverá dirigir-se a sua agência de relacionamento do Banco do Brasil, onde, em formulário próprio, indicará a instituição e a conta para a transferência.

Essa providência pode ser tomada a partir de 2 de janeiro de 2012, com a antecedência mínima de 5 dias úteis da data do pagamento, para que tenha validade no próprio mês da opção.

Desta forma, será possível a transferência integral da remuneração ou provento do mês para outra instituição financeira, de livre escolha do servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público, de maneira automática e sem nenhum custo.

Nesta opção, cabem as seguintes observações:

A Prefeitura não manterá nenhum contato com a instituição financeira escolhida pelo servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público, cabendo a estes negociar livremente as tarifas que lhe forem cobradas.

Conforme determinação do Banco Central do Brasil, os recursos serão transferidos para a instituição financeira escolhida pelo servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público até às 12h do dia do pagamento. Deste modo, nas primeiras horas desse dia, os recursos ainda não estarão disponíveis na conta;

Em caso de opção pela transferência automática para outra instituição financeira, não será fornecido cartão magnético pelo Banco do Brasil ao servidor ativo, aposentado, pensionista ou empregado público.

(*) Veja essas e mais informações no site da PMSF.

14ª Conferência: não à privatização!

Cerca de 4 mil delegados e delegadas, participantes da 14ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília, analisaram centenas de propostas que orientam a implementação do SUS nos próximos quatro anos. Um total de 345 propostas aprovadas, resultado de um verdadeiro processo democrático que ocorreu em 4.200 municípios e 27 estados e mais o Distrito Federal e culminou nas resoluções tiradas na Conferência Nacional.

A disputa política foi grande. Mas o posicionamento contra todas as formas de terceirização como OS (Organização Social), OCIPS, Fundação Estatal de Direito Privado, dentre outros prevaleceu!

O resultado da conferência foi uma vitória do fortalecimento do SUS público e do efetivo direito à saúde.

VEJA OUTRAS DAS PRINCIPAIS RESOLUÇÕES:

- Aumento do financiamento para o SUS com aplicação dos recursos para ampliação da rede pública de serviços em todos os níveis de atenção à saúde;

- Concursos públicos;

- Pisos salariais e Planos de Carreira para todos e todas;

- Melhores condições de trabalho;
- Defesa da adoção da jornada de 30 horas semanais para todos os trabalhadores e trabalhadoras da saúde pública.

- Rejeição à internação compulsória e comunidades terapêuticas (Reforma Antimanicomial);

Ainda que não prevista pelo regimento, na Plenária final foi aprovada a Carta da 14ª CNS, com a alegação de sintetizar e dar visibilidade aos resultados da Conferência para a sociedade. Foi nos minutos finais da



Dirigentes do Sindsep, Leandro e Irene (à esq.), Lourdes Estevão (segunda da esq. para dir.), Erivalder, do Simesp (à esq.) e Cícera, coord. União dos Movimentos Populares de Saúde (ao centro) durante encontro com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, onde foi entregue o abaixo-assinado pedindo a revogação da lei federal que criou as OSs. Foram mais de 10 mil assinaturas coletadas.

plenária que a Carta foi apresentada. Porém, a apresentação desse documento em plenário, inicialmente causou certa tensão. Houve divergências. Parte do plenário defendia que poderia ter havido maior participação dos delegados desde o início de sua elaboração.

Além disso, parte do plenário também se manifestou por entender como desnecessário que a carta detalhasse em seu conteúdo diversos pontos que se relacionavam com setores, propostas, programas entre outros, que já fazem parte das propostas aprovadas. Defendiam uma carta enxuta, que priorizasse o papel deliberativo das conferências

e o cumprimento de suas resoluções, reforçando o relatório da conferência, ou seja, não dando margem a conflitar com as suas deliberações.

Sob os protestos de parte dos delegados e delegadas, o documento, aprovado de maneira confusa, omite o posicionamento contra a privatização.

VEJA OS PONTOS DIVERGENTES

Parte do plenário manifestou-se contrariamente a:

- No § 14º, constar o termo parceiros ao tratar da gestão do SUS de



Plenário da 14ª Conferência da Saúde

maneira articulada com o marco regulatório do terceiro setor;

- No § 14º, não constar que o gerenciamento também tem que ser público;

- No § 17º, utilizar o termo categorias e não trabalhadores e trabalhadoras ao se referir à defesa da adoção da jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário.

Nos dois parágrafos finais do texto foram incorporados alguns princípios do SUS no sentido de sustentar o poder deliberativo das conferências, conforme defendidos pelas confederações que levantaram esse questionamento.

No geral, excetuando os pontos divergentes citados, a Carta de Brasília expressa os avanços que constam das propostas aprovadas na conferência. Agora é aguardar a publicação do relatório, monitorar, fiscalizar e cobrar resultados: o cumprimento daquilo que foi deliberado.

HSPM

Retomada da revisão do PCCRS

Depois de um ano de atividades do Grupo de Trabalho (GT) para revisão do PCCRS do HSPM, todo o trabalho que estava praticamente concluído foi perdido, por causa de um vírus de computador!?! De acordo com a Superintendente, Elisabeth Michelete, não houve backup. E o jeito foi reunir, em mutirão, os membros do GT para recuperar as propostas. Depois de duas reuniões do GT – do qual o Sindsep participa – num verdadeiro trabalho de resgate, o mutirão avançou e planeja concluir o (re)trabalho o mais breve possível quando será apresentado o resultado para encaminhamento à Sempla e à SMS.

Na mesa setorial, reinvindicamos a criação de gratificações, conforme o artigo 18 da Lei 13.766. A superintendência encaminhou a solicitação que não foi incorporada no projeto de lei do executivo. É pegar os 11,23% e ir a luta pela criação das gratificações para o NB, NM e NS e extensão dos 11,23% para todos os excluídos.

CURSOS

No último dia 25 de novembro foi realizada mesa de negociação para discutir os cursos do HSPM. A discussão focalizou os critérios de acesso, participação e de avaliação.

Crítérios propostos pelo Sindsep:

- Assegurar participação para o nível Básico;
- Definir número de pessoas por categoria;
- Ser Contínuo;
- Não ter retaliação por parte das chefias;
- Transparência dos critérios adotados;
- Rodízio para contemplar mais trabalhadores(as);
- Realizar avaliação de aproveitamento ao final de cada curso.

PROCESSO DE INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE SAÚDE PARA O BIÊNIO 2012/2013. 14 DE JANEIRO DE 2012 - 9H ÀS 14H

SEGMENTO DOS TRABALHADORES:

Entidades Sindicais Categoria Saúde

Entidades Sindicais Gerais de Trabalhadores.

Conselhos Regionais Atividade Meio e Fim

Associação de Profissionais Liberais

Local: Conselho Regional de Odontologia Av. Pacaembú, 732 – Barra Funda.

Sancionado o plano de carreiras da Autarquia Hospitalar

Foi sancionada pelo prefeito no dia 23 de dezembro/2011 a lei nº 15.517 (veja a íntegra no site do Sindsep). Essa lei cria o Plano de Empregos para os servidores da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), garantindo a progressão e promoção funcional retroativas a julho de 2009, e garante o reajuste de 11,23% para os profissionais da saúde (da rede direta, Autarquia Hospitalar e HSPM) a partir de janeiro de 2012.

O plano estava sendo discutido desde 2009, e infelizmente não contemplou todas as reivindicações da categoria, mas é um passo para os trabalhadores CLTistas avançarem na carreira. O Sindsep discutiu, desde o envio do projeto para Câmara, várias emendas, mas infeliz-

Vamos cobrar agilidade no encaminhamento dos compromissos assumidos pela administração!

Concurso público já! A hora é agora! O Sindsep não aceita a política de terceirização, privatização e sucateamento da Saúde pública.

mente na hora da votação houve um acordo entre os vereadores e o projeto foi aprovado “simbolicamente”, portanto não houve apresentação das emendas e do substitutivo. Devemos continuar na luta para exigir que o reajuste de 11,23% seja estendido a todos os trabalhadores e não somente ao quadro da saúde.

Outra emenda seria a do quinquênio e sexta parte, mas o governo se negou a estender aos CLTistas. Alertamos aos colegas que o Sindsep está impetrando ações na justiça para garantir este direito, se você não entrou, faça contato com departamento jurídico do sindicato ou acesse o site para ver quais os documentos necessários.

Veja ao lado as principais emendas.

EMENDAS	INCLUSÃO	COMPROMISSO PARA 2012
Estabelecer prazo para o executivo enviar à Câmara as TLP contendo a destinação que será dada ao conjunto dos mais de 19 mil empregos (quase 17 mil criados pela lei)	Sim	-
Impedir o uso desses empregos públicos em unidades geridas por OS	Sim	-
Vedar o desvio de função	Sim	-
Explicitar a garantia ampla de direito de defesa do empregado público em caso de procedimento disciplinar	Sim	-
Incluir médico na jornada de 30 horas	Não	-
Correção monetária retroativa a 2009	Não	-
Estender quinquênio-sexta parte aos empregados públicos	Não	AHM assumiu compromisso de encaminhar PL em 2012
Estender o reajuste de 11,23% a todos os níveis excluídos (NO e NM), da Autarquia e do HSPM	Não	AHM assumiu o compromisso para atender quem ficou de fora em 2012
PPD de 100% e estendê-lo para todos do QPS, inclusive quem exerce funções em outras secretarias e órgãos municipais	Não	Vereadores Gilberto Natalini e Carlos Neder acompanharão o GT que já avalia Gratificações e PPDs
Estender GA aos empregados públicos do NM e NB da AHM e HSPM	Não	AHM se comprometeu negociar em 2012
Incorporar as obstetizes	Não	Não entrou porque há uma pendência judicial
Incluir o HSPM em toda Lei	Não	Resolver via revisão do PCCRS do HSPM

Mesas de negociação da Saúde

O Sindsep e a Confetam vem atuando nas mesas setoriais da saúde em duas frentes, SMS/SP e MNP-SUS em Brasília: na defesa das reivindicações e demandas das trabalhadoras e trabalhadores e uma articulação para a intervenção na política de saúde. Nosso empenho segue na busca da institucionalização das mesas de negociação setoriais integradas à estrutura da nacional do SUS.

As mesas são um espaço importante de discussão sobre as relações interpessoais e precisamos otimizar a sua utilização, pois nelas temos a possibilidade concreta de dialogar diretamente com setores chave da estrutura interna da saúde na PMSP. Estarmos articulados e organizados nos locais de trabalho para isso é chave para termos eficácia nesse processo. Na discussão dos temas mais gerais, temos

a possibilidade concreta de descentralização, podendo intervir diretamente na aplicação de políticas e programas nas unidades locais. É o caso do *Programa Melhor em Casa*, do ministério da Saúde, que propõe ampliar o atendimento domiciliar no SUS, dentre outros, onde o Sindsep em articulação com demais entidades está provando o debate sobre a adaptação do município esses programas, já que a SMS ainda não tem respostas.

Em dezembro ocorreram as últimas mesas de negociação setoriais da saúde do ano. Com os PL nº 477/2011 (PCCRS Autarquia) e PL nº 479/2011 (Orçamento) tramitando na Câmara - ainda que aparentemente sem uma articulação geral mais afinada - as unidades da gestão se mobilizaram internamente para tentar nos convencer a não encaminhar a apresentação de nossas emendas, particularmente ao PL nº 477/2011.

Até a AHM (Autarquia Hospitalar Municipal) onde não eram realizadas mesas de negociação desde agosto e ignorando sistematicamente as manifestações do Sindsep

oficiadas à Autarquia, solicitou reunião com o Sindsep às vésperas da Audiência Pública na Câmara para debater o PL nº 477/2011

Mas o Sindsep não recuou nas suas convicções. Além de também forçar a discussão dos demais temas de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras nas mesas.

VEJA ALGUNS DOS PONTOS DISCUTIDOS

• **Pagamento da GAP para AGPPs dos CECCOS:** SMS reconhece e diz que vai pagar!

Com a pressão do Sindsep - que vem pautando o tema e exigindo providências - a SMS reconheceu que o pagamento é legítimo e informou que está em tramitação interna um processo para regularizar a situação. A coordenação da mesa trará um retorno sobre as providências de pagamento na próxima reunião da mesa de negociação.

• **Centros Obstétricos/Programa Mãe Paulistana:** definição de atribuições! Ainda que a orientação da SMS seja de que não pode haver substituição de trabalhadores e empregados públicos por quem é contratado pelas OS, o Sindsep

detectou a necessidade de uma definição objetiva de atribuições de profissionais da PMSP e das OSs nas unidades. Por isso o Sindsep exigiu da SMS uma reunião com a participação da coordenadora do Programa, Maria Aparecida Orsini e sua equipe, para discutir o problema.

• **Situação dos (as) trabalhadores (as) nos laboratórios:** cobramos o acordo de manutenção de parte de trabalhadores e trabalhadoras na AHM e parte na Direta e na Indireta. Temos queixas de ameaças para retirar direitos. AHM se comprometeu a convidar a área técnica responsável para nos apresentar explicações.

Nosso balanço de 2011 é que uma boa parte das respostas da gestão Kassab ainda não é suficiente e seguimos convocando a todos e todas para continuarem se organizando nas discussões nos locais de trabalho e a participarem do GT de Saúde. Já estamos reorganizando nossa pauta para 2012, quando as eleições encurtam nosso tempo. A luta será intensa! Procure o coordenador de região do Sindsep.

Campanha combate o assédio moral na PMSP

Denuncie no Sindsep
Tel.: 2129 2999
diretoria@sindsep-sp.org.br
www.sindsep-sp.org.br

O ano de 2012 começa tendo no combate ao assédio moral uma das bandeiras do Sindsep. No Ato Público do Funcionalismo realizado na Câmara Municipal no último dia 12 de dezembro, o Sindsep lançou a Campanha "Combate ao Assédio Moral na PMSP: Denuncie!".

A Campanha chega para ampliar e intensificar ainda mais as ações de orientação, atendimento, acolhimento

e denúncia sobre assédio moral que o Sindsep já desenvolve junto aos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público municipal.

As denúncias que chegam ao Sindsep expressam a cara da gestão Kassab: o empenho em desmontar o setor público, as más condições de trabalho, a não valorização da função pública e até mesmo a sua desqualificação. Ao abrir as portas para uma gestão terceirizada, promover o rebaixamento das condições de trabalho e salariais, com remuneração diferenciada entre servidores públicos e trabalhadores terceirizados com as mesmas funções, dentre outros absurdos,

**ASSÉDIO
DENUNCIE!
MORAL**



o assédio moral na PMSP só se agravou.

Não por acaso, a maioria dos casos de assédio moral ocorrem nas unidades de saúde geridas por OS (Organizações Sociais) nos CEUs e nas subprefeituras administradas por policiais militares, reformados ou comissionados.

São homens e mulheres expostos de maneira contínua e repetitiva a situações constrangedoras, vexatórias e hu-

milhantes no exercício de suas funções profissionais. E a PMSP não faz nada para mudar esse quadro. Vamos dar um basta!

Uma das frentes da Campanha é dar visibilidade ao problema que, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) afeta mais de 1/3 dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado no Brasil.

A formação é o primeiro passo da Campanha. Como multiplicação com dirigentes, coordenadores e coordenadoras de região, RSUs, CRRs, dentre outros, se aliando à ampliação de nossa capacidade de intervenção nos locais de trabalho. E junto com

Você sabia que a Lei Municipal nº 13.288/2002 pune o assédio moral?

Na PMSP, a Lei nº 13.288/2002, regulamentada pelo Decreto nº 43.558 prevê penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Municipal Direta e Indireta por servidores públicos municipais. As punições vão desde obrigatoriedade de realização de curso sobre ética profissional, relações interpessoais no trabalho e deveres e ações disciplinares; multa; suspensão e até demissão.

a nossa mobilização virá o fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras que são assediados para intimidar os(as) agressores(as).

Aperfeiçoamento do atendimento que o Sindsep já realiza tanto do ponto de vista administrativo quanto jurídico. "Não há ações efetivas da PMSP e vamos continuar cobrando! Mas nós queremos oferecer um atendimento e suporte ainda melhores aos trabalhadores e trabalhadoras que nos procuram em busca de orientação, acolhimento e solução para as denúncias que nos trazem", revela Irene Batista, presidente do Sindsep.



Trabalhadores mostram no teatro o cotidiano das grandes cidades

Durante um ano e dois meses, eles frequentaram aulas de teatro no Sindicato dos Químicos, na Aclimação, e agora adotam o nome Nóis Não Usa Black Tie. A ideia do grupo é, através de esquetes, mostrar situações comuns no cotidiano de uma grande cidade. A dirigente do Sindsep, Nilza Anézio de Oliveira faz parte do elenco. Para ela, permitir que os trabalhadores tenham esse tipo de experiência artística "estimula a prática teatral como instrumento de formação e expressão democráticas".

Em um dos quadros da peça, o chefe de uma empresa acredita ser inventor de grandes maravilhas, até que resolve questionar dois funcionários a respeito de como ele é visto pelos demais e descobre justamente o contrário.

O texto, de qualidade inquestionável, e a maneira como ele é interpretado de modo eficaz e convincente surpreendeu positivamente o público que se deliciou com situações comuns ao cotidiano de todos. Eis, portanto, uma ótima prova de que bom teatro não se faz apenas com grandes produções, mas com atores esforçados, talentosos e apaixonados pela arte de representar.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP

PARA USO DO CORREIO

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |
| <input type="checkbox"/> Falecido | <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/sindico |
| <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> |

DATA

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

IMPRESSO ESPECIAL
9912277068-DRSPM
SINDSEP
CORREIOS

